



RESOLUÇÃO

SECRETARIADO NACIONAL DE 29 DE JANEIRO DE 2015

O ano de 2015 é o primeiro em que nos encontramos integralmente fora da alçada da Troika e no qual o Governo poderia ter operado uma real mudança de políticas, desde logo por via do Orçamento do Estado, o qual deveria ter tido um novo enfoque, definir novas prioridades e criar uma margem financeira para a real promoção de políticas de crescimento económico e de criação de emprego de qualidade.

No entanto, tal não se verificou, assumindo-se a continuidade de uma política de austeridade e de forte contenção orçamental, a qual continua a ter impactos dramáticos no Estado Social, na situação dos sectores económicos e, sobretudo, sobre a vida dos trabalhadores, reformados e pensionistas.

Neste primeiro Secretariado Nacional de 2015, a UGT deve, mais uma vez, alertar para a situação dramática dos sectores essenciais do Estado, desde a Educação à Saúde à Administração Pública em geral, mas também daqueles em que o Estado assume responsabilidades significativas e em que a qualidade dos serviços prestados afecta directamente a qualidade de vida dos cidadãos, como se verifica nomeadamente em todas as empresas do perímetro público.

Os cortes e as ineficiências geradas têm produzido resultados muito negativos para os quais há muito alertamos, que todos os dias afectam milhares de pessoas, que se tornam cada dia mais visíveis, que não podem deixar de ser denunciados e relativamente aos quais devemos apresentar as nossas propostas, reivindicações e alternativas.

Este início de 2015 é ainda marcado por um ímpeto de mudança política vindo de fora, o qual devemos assinalar como positivo e que não deixa de trazer em si uma expectativa de mudança nas políticas europeias que, tal como em Portugal, ainda vivem a obsessão do défice, e que esperamos que se venha a traduzir não apenas numa discussão mais séria sobre as questões orçamentais mas no início de um caminho de maior solidariedade e efectiva coesão no seio da União Europeia.

Uma Administração Pública mais moderna e eficiente – Racionalizar sem destruir

Apesar de todos os prenúncios apregoados pelo Governo, no sentido do alívio das restrições impostas nos últimos anos ao povo português, a realidade demonstra o contrário, especialmente no que diz respeito aos serviços públicos e aos trabalhadores da Administração Pública.

Com efeito, existe hoje carência de pessoal em todos os sectores da Administração Pública, que resulta de uma deficiente política de gestão de recursos humanos, conducente à ruptura de serviços e a óbvias e notórias consequências para os utentes e para a qualidade dos serviços que lhes são prestados, consequências essas que têm sido por demais evidentes.

Estamos pois perante um quadro de total desmotivação dos trabalhadores, fustigados pelos violentos cortes salariais a quem têm sido sujeitos, pelo congelamento das progressões nas carreiras, pelo aumento do horário de trabalho sem a devida compensação salarial, pela incerteza quanto ao futuro face à permanente ameaça de um injusto e injustificado regime de requalificação/mobilidade especial que não é mais do que uma forma encapotada de promover despedimentos, como aliás a própria Ministra das Finanças ainda recentemente admitiu na Assembleia da República, em suma, pela degradação generalizada das condições de trabalho.

Por um Sector Empresarial do Estado mais forte – Reforçar a qualidade dos serviços e das condições de trabalho

O Governo parece pretender pôr em causa o pagamento do trabalho suplementar nos termos estabelecidos nas convenções colectivas, baseando-se no novo regime jurídico do Sector Empresarial do Estado para afastar, de forma definitiva, os valores negociados, contornando, desta forma o douto acórdão do TC.

A maioria das convenções do sector, se não mesmo a totalidade, dispõe de acréscimos superiores aos do Código do Trabalho e deve ser dito que a quase totalidade das empresas do sector se recusaram a negociar, durante o período dos 2 anos de suspensão da aplicação das convenções em matéria de trabalho suplementar, outros valores.

Mais, muitas destas empresas (sobretudo na área dos transportes), cujas convenções têm vigências de Janeiro a Dezembro de cada ano, e apesar das propostas entregues pelos

sindicatos, ainda não deram início aos respectivos processos negociais, criando assim um obstáculo ao normal curso da negociação colectiva.

Perante tal situação, a UGT deve considerar que o Governo, representante do Estado (accionista/patrão/empregador) neste sector, está assim a incumprir com o que se comprometeu em sede de CPCS, ou seja, contribuir para a dinamização da negociação coletiva, antes restringindo esse direito com impactos gravosos para a vida dos trabalhadores e suas famílias.

A UGT deve ainda recordar que a suspensão do pagamento dos complementos de reforma dos trabalhadores da Carris e do Metro se verificou precisamente há um ano. Hoje assistimos a situações dramáticas de reformados e pensionistas que tiveram de abandonar os lares e voltarem a viver a expensas dos filhos. Há situações de fome.

O Governo, apesar da abertura negocial consignada no Orçamento do Estado e das várias propostas efectuadas pelos Sindicatos da UGT para encontrar uma solução negociada, não deu orientações ao Conselho de Administração das empresas para negociar e encontrar uma solução que viabilize o cumprimento dos compromissos que foram assumidos, ao longo de muitos anos, perante os trabalhadores.

Por fim, a UGT não pode passar ao lado do facto de o Governo, segundo declarações do Primeiro-Ministro, parecer pretender afastar as autarquias do concurso para a concessão da exploração comercial das empresas de transportes urbanos de Lisboa e do Porto, optando claramente pela gestão privada, sem que a tal pareça presidir qualquer interesse relacionado com a qualidade dos serviços prestados ou com o acesso dos cidadãos aos mesmos.

Devemos sublinhar que se trata de um serviço público essencial (algumas das vezes até de carácter eminentemente social) para assegurar a mobilidade das populações nestas duas áreas metropolitanas, cuja qualidade, eficácia e seguranças não podem ser postas em causa.

O exemplo de várias capitais Europeias, como a RATP em Paris, por exemplo, demonstra que a gestão autárquica consegue congrega sinergias e desse modo tornar-se mais eficaz.

Cuidar o Serviço Nacional de Saúde – A Saúde e a Vida dos cidadãos não podem ser “cortadas”

É com grande preocupação que a UGT analisa a gravidade da situação existente no sector da Saúde, em particular a nível das urgências hospitalares.

Verificam-se actualmente casos verdadeiramente caóticos, com ruptura da grande maioria dos serviços, em que as mortes dos utentes são apenas a face mais dramática e visível, perante os quais o Ministério da Saúde tem mostrado uma completa incapacidade na resolução dos aspectos mais graves.

Este problema está relacionado não só com os inaceitáveis cortes que estão a ser aplicados num sector tão importante (recorde-se que ainda há cerca de 1 mês, um relatório da OCDE veio mostrar que Portugal foi um dos países que mais diminuiu as despesas com a Saúde) e com a indiscutível falta de pessoal médico, mas também com a falta de trabalhadores em todas as carreiras directamente ligadas à prestação de cuidados de saúde à população.

Nos últimos 3 anos, alguns milhares de trabalhadores do sector optaram pela reforma, outros tantos optaram pela emigração ou optaram pelo sector privado diminuindo drasticamente os quadros de pessoal sem reposição desses mesmos.

Também o encerramento ou a diminuição dos períodos de funcionamento dos serviços de proximidade e os constrangimentos impostos à gestão dos serviços hospitalares têm contribuído para agravar as ineficiências do SNS.

A UGT vem assim alertar para o imperativo de se dar uma resposta cabal a esta situação, resposta esta que passa, inevitavelmente, pela contratação de mais trabalhadores para o sector (com o necessário termo dos bloqueios à admissão dos necessários profissionais de saúde e pela criação de condições de atractividade que impeçam o êxodo dos profissionais de saúde do SNS) e um maior investimento nos cuidados de saúde primários.

Garantir condições para uma Educação de qualidade – Evitar os erros do passado e preparar o futuro

A UGT considera que se torna imperioso que o Governo garanta que não se repitam os erros graves que marcaram o início do presente ano lectivo, particularmente em termos de colocação de professores.

Para este efeito, torna-se necessário que, em diálogo com os Sindicatos, nomeadamente os da UGT, o Ministério da Educação e Ciência assegure uma correcta planificação do próximo ano lectivo, o que significa que muito rapidamente, por um lado, sejam lançados os concursos de docentes, e, por outro lado, se assegure que em todas as escolas estejam colocados em devido tempo os trabalhadores não docentes necessários ao seu regular funcionamento.

A UGT regista a intenção do Governo de proceder proximamente à publicação de uma Portaria que redefine os rácios de trabalhadores não docentes das escolas, o que permitirá dar resposta às suas necessidades de funcionamento e sobretudo evitar o inaceitável recurso ao regime de “contratos emprego inserção” que, tal como noutras áreas da Administração Pública, vêm servindo para corresponder ao que são necessidades permanentes de trabalhadores.

A UGT regista também todos os esforços que estão a ser promovidos pelos seus Sindicatos da Educação, no sentido de evitar que haja quaisquer docentes no regime de requalificação profissional. Com efeito, e para além do que é a total discordância da UGT em relação a este regime, seja para quem for, a área da Educação, pelo seu carácter estratégico, não pode dispensar um trabalhador que seja, para o colocar em requalificação, medida que não é mais do que a determinação do desemprego para quem nele entrar.

A UGT demonstra uma grande apreensão quanto à situação portuguesa relativa à concretização das metas 2020, que irá ter uma revisão no presente ano de 2015, nomeadamente em questões como o abandono escolar ou a qualificação de jovens e adultos com o ensino secundário e/ou superior.

Por condições de trabalho digno no sector financeiro – Defender a Banca é também defender os seus trabalhadores

A situação conturbada que se vive no sector financeiro devido à crise que afecta o País tem tido consequências profundas ao nível das relações laborais.

A redução de efectivos – através de despedimentos colectivos, rescisão de contratos e reformas antecipadas – resultou numa taxa de desemprego no sector como não há memória.

Os intensos ritmos de trabalho e a enorme instabilidade laboral estão a afectar de forma grave a saúde dos trabalhadores, como é visível no crescente recurso a consultas de Psicologia, levando ao alerta público do Bastonário da Ordem dos Psicólogos.

Os Sindicatos da FEBASE tudo têm feito para defender os trabalhadores que representam, negociando a salvaguarda de postos de trabalho e melhores condições sociais nos casos de redução de efectivos.

Também os cortes salariais nas empresas da esfera do Estado, no âmbito do Orçamento do Estado, mobilizaram os Sindicatos que, na defesa dos trabalhadores, interpueram acções em tribunal.

A intensa atividade desenvolvida resultou já num importante sucesso, que devemos salientar e enaltecer: o Tribunal da Comarca do Porto condenou o BPN a repor os valores em dívida aos trabalhadores desde 2011, considerando que os cortes impostos por via do Orçamento do Estado violam princípios constitucionais e instrumentos internacionais, como a Carta Social Europeia e a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, e colocam em causa a própria dignidade humana.

Esta é uma vitória dos sindicatos da UGT – Sindicato dos Bancários do Norte, Sindicato dos Bancários do Centro e Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas. Esta é uma vitória da acção consequente da UGT e dos seus sindicatos, que esperamos que se reproduza para um universo mais alargado de trabalhadores.

Um caso particular – O “desmantelamento” da Base das Lajes

A UGT deve manifestar a sua apreensão face à decisão do Governo dos Estados Unidos da América no sentido de reduzir drasticamente o seu contingente e a utilização da Base das Lajes, na Ilha Terceira.

Esta é uma decisão que terá não somente um forte impacto nos trabalhadores da Base mas ainda em todos aqueles que, directamente ou indirectamente, dependem da actividade há largas décadas mantida mediante o acordo estabelecido com o Governo Português.

Mais, esta é uma situação que terá um impacto fortemente recessivo em toda a actividade económica da ilha, sendo um preocupante factor gerador de desemprego e mesmo de desertificação.

A UGT solidariza-se com a população da Ilha Terceira e com a Região Autónoma dos Açores e apoiaremos as suas lutas, no quadro da defesa do emprego.

O Secretariado Nacional da UGT, reunido a 29 de Janeiro de 2015, exige:

- O fim do regime de requalificação/mobilidade especial, promovendo políticas de mobilidade interna que permitam colmatar as faltas de pessoal que se verificam em muitos serviços, instituindo uma gestão global, integrada e integrante dos recursos humanos na Administração Pública;
- A reposição integral dos salários, devolvendo a dignidade e o poder de compra aos trabalhadores da Administração Pública;
- A publicação dos Acordos Colectivos de Empregador Público (ACEP) celebrados nas autarquias e que repõem o horário de 35 horas de trabalho semanal, bem como a publicação de legislação que permita que todos os trabalhadores da Administração Pública pratiquem esse mesmo horário;
- O respeito pelo salário mínimo nacional para todos os trabalhadores que desempenham funções nos serviços públicos, rejeitando interpretações abusivas que conduzam a qualquer pagamento inferior para horários completos ou em qualquer modalidade de menos de 40 horas;
- O pleno respeito pela negociação colectiva nos sectores da Administração Pública e do Sector Empresarial do Estado e a existência de um diálogo efectivo e real com os sindicatos nesses sectores, sendo especialmente urgente a abertura dos processos negociais nas convenções cuja vigência terminou no final de 2014;
- A reposição do pagamento dos complementos de reforma e a abertura de negociações, tendo presente a possibilidade aberta pelo Orçamento do Estado, para permitir a viabilização de um sistema de base contributiva, conforme sempre defenderam os sindicatos da UGT, que garanta o cumprimento dos compromissos assumidos perante os trabalhadores;
- Que os processos de concessão no sector dos transportes urbanos sejam determinados por razões de interesse público, não discriminando quaisquer entidades em função da sua natureza pública ou privada;
- O urgente desbloqueio das admissões de profissionais de saúde e a criação de condições de atractividade que garantam a sua permanência no SNS e no País, permitindo a efectiva qualidade da prestação dos serviços públicos de saúde à população;
- A resolução das situações de estrangulamento do sistema de saúde, com as consequências dramáticas a que todos temos assistido, nomeadamente por via de

uma gestão de recursos eficiente e de uma adequada rede de cuidados de saúde primários e continuados;

- O adequado planeamento, em diálogo permanente com os sindicatos, necessário à promoção da qualidade e da estabilidade do sistema educativo, assegurando nomeadamente que, com vista ao início sem percalços do próximo ano lectivo, sejam atempadamente abertos os concursos de docentes e realizadas as colocações de pessoal não docente e se tomem medidas que obstem a que postos de trabalho permanentes sejam preenchidos sem recurso a uma regular contratação;
- Um efectivo diálogo e participação sindical nos sectores, como o sector financeiro, que se encontram a ser objecto de processos de reestruturação, sobretudo em todos aqueles em que esteja em causa a redução de postos de trabalho;
- Uma atenção particular do Governo Português e do Governo Regional dos Açores para a situação da Base das Lajes, sendo necessário continuar os esforços diplomáticos junto do Governo dos EUA e assumir medidas no sentido de mitigar as consequências sociais e económicas de qualquer decisão que possa vir a ser tomada.

UGT SAÚDA VOTO GREGO CONTRA A AUSTERIDADE – POR UMA EUROPA SOCIAL

A UGT regista os resultados verificados nas recentes eleições legislativas gregas como uma primeira derrota da política de austeridade pela via democrática.

Os cidadãos gregos manifestaram nas urnas o seu descontentamento perante as políticas impostas no seu País, cujos efeitos sentem diariamente, ignorando as ilegítimas pressões externas e expressando a sua clara opção por uma alternativa à austeridade que muitos continuam a negar existir.

A UGT espera que este constitua um primeiro passo para a alteração do rumo, das políticas e da visão de uma Europa que se vem afastando progressivamente dos cidadãos e que a vontade democraticamente expressa contribua para uma União Europeia mais forte, coesa e solidária.

Aprovada por Unanimidade